



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10675.003555/2002-02  
Recurso nº : 129.092  
Acórdão nº : 204-02.444

Embargante : CONSELHEIRO JORGE FREIRE  
Embargada : Quarta Câmara do Segundo Conselho

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONSELHEIRO JORGE FREIRE

Brasília / 13 / 11 / 03

*[Assinatura]*  
Maria Lúcia de Oliveira  
(Mat. Supr. 216)

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.** Constatado que o arresto se equivocou quanto ao tributo, para análise do prazo decadencial, devem os embargos ser conhecidos e acatados para o julgamento correto. O novo julgamento faz parte integrante e indissociável do arresto embargado.

**DECADÊNCIA COFINS.** O prazo decadencial da Cofins é de dez anos a contar da ocorrência do fato gerador, comprovada a antecipação de pagamento.

**"COFINS. DECADÊNCIA.** É de 10 anos o prazo decadencial da COFINS, a partir da ocorrência do fato gerador, em havendo antecipação de pagamento, como no caso dos autos.

**NORMAS PROCESSUAIS. DA ISENÇÃO DO PIS/Cofins PARA PRODUTOS EXPORTADOS.** A isenção de exportação em relação ao PIS e a Cofins, só se admite em estrita observância à MP 1.858-6/99 e ao Decreto-Lei nº 1.248/1972, constatando-se que as notas fiscais da Recorrente, não possuem todos os requisitos legais, não tem essa o direito à gozar a isenção.

**MULTAS.** Sendo a ação do fiscal realizada com fundamento na legislação tributária atinente ao caso, inclusive com os valores especificados para a aplicação de multas, não há que se falar em redução das multas aplicadas.

**RESPONSABILIDADE PESSOAL DOS DIRETORES.** Incumbe a Recorrente comprovar os excessos cometidos pela Ex-Diretoria, que daria ensejo à responsabilização pessoal destes. Ónus probatório que a Recorrente não se desincumbiu satisfatoriamente.

**INCONSTITUCIONALIDADE DE LEIS.** Está consolidado o entendimento de que os Conselhos de Contribuintes não detêm competência para apreciar arguição de constitucionalidade de atos legais, por se tratar de órgãos julgadores administrativos, limitando-se tão-somente a aplicá-la sem emitir juízo sobre a sua legalidade ou constitucionalidade.

**DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL.** Sendo a Lei nº 9.718/98 publicada no Diário Oficial em 29/11/1998, em obediência ao disposto no art. 195, § 6º da Constituição Federal, que estabelece o prazo de noventa dias para a cobrança de novas contribuições sociais, sua exigência é válida a partir de fevereiro de 1.999.

**JUROS DE MORA. SELIC.** A Taxa Selic tem previsão legal para ser utilizada no cálculo dos juros de mora devidos sobre os



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10675.003555/2002-02  
Recurso nº : 129.092  
Acórdão nº : 204-02.444

13 11 03

Dyson  
Maria Lúcia Lima Duvalis  
Mat. Série 91641

2ª CC-MF  
Fl.

créditos tributários não recolhidos no seu vencimento (Lei nº 9.065/95).

*PERÍCIA. PROVA DE IMPRESCINDIBILIDADE NÃO FEITA PELO RECORRENTE. Sendo prescindível a perícia para o feito não há razão para sua realização, ex vi do art. 18 do Decreto nº 70.235/72. O Recorrente deve apontar faticamente no caso concreto o dano que a falta de perícia acarreta, não podendo fundamentar seu pedido com alegações genéricas.*

*Recurso negado.”*

Embargos de declaração conhecidos e providos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pelo CONSELHEIRO JORGE FREIRE.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em conhecer e prover os Embargos para retificar o Acórdão nº 204-00.834, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 2007.

*Henrique Pinheiro Torres*  
Henrique Pinheiro Torres

Presidente

*Jorge Freire*  
Jorge Freire  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Rodrigo Bernardes de Carvalho, Nayra Bastos Manatta, Leonardo Siade Manzan, Árton Adelar Hack e Flávio de Sá Munhoz.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

13 11 07  
Opção  
2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10675.003555/2002-02  
Recurso nº : 129.092  
Acórdão nº : 204-02.444

### RELATÓRIO

Opus embargos de declaração ao acórdão em epígrafe tendo em vista o equívoco perpetrado pela relatora originária que julgou a matéria acerca da decadência considerando que a exação referia-se ao PIS, enquanto, em verdade, trata-se da Cofins.

É o relatório.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

13 / 11 / 02

*Ono*  
Maria Luiza da Mota  
Mai. Supt. 11611

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10675.003555/2002-02  
Recurso nº : 129.092.  
Acórdão nº : 204-02.444

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
JORGE FREIRE

No que pertine ao mérito, não há reparos a serem feitos, uma vez que a legislação não faz diferença entre o PIS e a Cofins. Contudo, quanto ao prazo decadencial, sim, pois os votos foram prolatados tendo em conta que a contribuição guerreada era o PIS, quando em verdade o lançamento de ofício é da Cofins.

Está sedimentado nesta Câmara o entendimento que seu prazo decadencial é de dez anos, nos termos do artigo 45 da Lei nº 8.212.

Portanto, voto no sentido de negar provimento ao recurso quanto a este tópico.

Em consequência, a ementa do Acórdão em epígrafe, à fl. 977, fica substituída pela ementa abaixo, bem assim certo que nas partes onde a relatora refere-se ao PIS, leia-se Cofins.

**COFINS. DECADÊNCIA.** É de 10 anos o prazo decadencial da COFINS, a partir da ocorrência do fato gerador, em havendo antecipação de pagamento, como no caso dos autos.

**NORMAS PROCESSUAIS. DA ISENÇÃO DO PIS/Cofins PARA PRODUTOS EXPORTADOS.** A isenção de exportação em relação ao PIS e a Cofins, só se admite em estrita observância à MP. 1.858-6/99 e ao Decreto-Lei nº 1.248/1972, constatando - se que as notas fiscais da Recorrente, não possuem todos os requisitos legais, não tem essa o direito à gozar a isenção.

**MULTAS.** Sendo a ação do fiscal realizada com fundamento na legislação tributária atinente ao caso, inclusive com os valores especificados para a aplicação de multas, não há que se falar em redução das multas aplicadas.

**RESPONSABILIDADE PESSOAL DOS DIRETORES.** Incumbe a Recorrente comprovar os excessos cometidos pela Ex-Diretoria, que daria ensejo à responsabilização pessoal destes. Ônus probatório que a Recorrente não se desincumbiu satisfatoriamente.

**INCONSTITUCIONALIDADE DE LEIS.** Está consolidado o entendimento de que os Conselhos de Contribuintes não detêm competência para apreciar argüição de constitucionalidade de atos legais, por se tratar de órgãos julgadores administrativos, limitando-se tão-somente a aplicá-la sem emitir juízo sobre a sua legalidade ou constitucionalidade.

**DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL.** Sendo a Lei nº 9.718/98 publicada no Diário Oficial em 29/11/1998, em obediência ao disposto no art. 195, § 6º da Constituição Federal, que estabelece o prazo de noventa dias para a cobrança de novas



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10675.003555/2002-02  
Recurso nº : 129.092  
Acórdão nº : 204-02.444

REC. - RECURSO DE CONTRIBUINTE

13 11 07

*Onor*  
Maria Lúcia da Silva  
fl. 987

2º CC-MF  
Fl.

contribuições sociais, sua exigência é válida a partir de fevereiro de 1.999.

**JUROS DE MORA. SELIC.** A Taxa Selic tem previsão legal para ser utilizada no cálculo dos juros de mora devidos sobre os créditos tributários não recolhidos no seu vencimento (Lei nº 9.065/95).

**PERÍCIA: PROVA DE IMPRESCINDIBILIDADE NÃO FEITA PELO RECORRENTE.** Sendo prescindível a perícia para o feito não há razão para sua realização, *ex vi* do art. 18 do Decreto nº 70.235/72. O Recorrente deve apontar faticamente no caso concreto o dano que a falta de perícia acarreta, não podendo fundamentar seu pedido com alegações genéricas.

**Recurso negado.**

A parte dispositiva do voto, item 8 (fl. 987), fica substituída por:

**"Ante todo o exposto, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO."**

É como voto.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 2007.

*[Assinatura]*  
JORGE FREIRE